



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 07.792.110/0001-82



SINDELIVRE/BA - SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO LIVRE DO
ESTADO DA BAHIA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SINPEF-BA e SINDELIVRE-BA 2026-2027

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA, SINPEF-BA, sindicato laboral de abrangência estadual, que agrega todos os Profissionais de Educação Física, profissão regulamentada conforme Lei Federal nº 9696, de 1º de setembro de 1998, CNPJ nº 07.792.110/0001-82, código sindical nº 98061-7, com sede e foro na Capital do Estado da Bahia, à Avenida Tancredo Neves, 1283, Edifício Ômega, sala 902, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia CEP 41.820-021, neste ato representado por seu Presidente Sr. Jehorvan Carvalho de Melo, brasileiro, inscrito no CPF nº 364.901.565-04; e o

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO LIVRE DO ESTADO DA BAHIA - SINDELIVRE-BA, sindicato patronal de abrangência estadual, que agrega todos os estabelecimentos de ensino livre com ou sem fins lucrativos de qualquer natureza, compreendendo como tais, aquelas entidades que não estão sujeitas à fiscalização e regulamentação do Ministério da Educação e Cultura - MEC (idiomas, ballet, academia de ginástica, datilografia, informática, formação profissional, etc.) representando as categorias econômicas de sua área de representatividade sindical, CNPJ nº 07.158.719/0001-02, código sindical nº 97761-6, situado na Rua Edístio Pondé, 353, Edifício Empresarial Tancredo Neves, sala 406, STIEP, Salvador, Bahia, CEP 41770-395, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Osvaldo dos Santos Pita, brasileiro, inscrito no CPF 053.165.965-87.

CONSIDERANDO a celebração de acordo em audiência, realizada em 23 de setembro de 2026, nos autos da Reclamação Pré-Processual nº 0005919-96.2026.5.05.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, mediante o qual as entidades sindicais consensualmente definiram as bases e condições para a celebração da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

CELEBRAM, em cumprimento ao quanto ajustado, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, que estabelece as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - VIGÊNCIA E DATA-BASE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorará pelo período de **1º de maio de 2026 a 30 de abril de 2027**, permanecendo fixada em 1º de maio a data-base da categoria profissional.

CLÁUSULA 2ª - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplica-se aos Profissionais de Educação Física, regulamentados pela Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 em consonância com a Lei Federal 14.386 de 27 de junho de 2022, representados pelo SINPEF-BA, que laboram nos estabelecimentos integrantes da categoria econômica representada pelo

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021
Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 99685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com
Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 -
Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -
- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 07.792.110/0001-82



SINDELIVRE/BA - SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO LIVRE DO
ESTADO DA BAHIA

SINDELIVRE-BA, especialmente academias de ginástica, centros de treinamento físico e demais estabelecimentos de ensino livre que desenvolvam atividades abrangidas pela representação sindical patronal, com abrangência territorial em todos os Municípios do Estado da Bahia.

CLÁUSULA 3ª - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos Profissionais de Educação Física abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho que recebem salários acima dos pisos fixados abaixo serão reajustados em **4,11%** (quatro inteiros e onze centésimos por cento), a partir de 1º de maio de 2026, mediante aplicação do percentual sobre os salários vigentes em abril de 2026.

CLÁUSULA 4ª - PISOS SALARIAIS

A partir de 1º de maio de 2026, os pisos salariais mínimos dos Profissionais de Educação Física abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho serão:

a) R\$14,70 (quatorze reais e setenta centavos), por hora-aula trabalhada, para os Profissionais de Educação Física contratados como horistas e que exerçam a função de Instrutor de Musculação.

b) R\$20,00 (vinte reais), por hora-aula trabalhada, para os Profissionais de Educação Física contratados como horistas e que ministrem aulas coletivas, a exemplo das modalidades de Esportes, Lutas, CrossFit, Dança, Ginástica Aeróbica, Body, Bicicleta Indoor, Ginástica Funcional, Yoga, Tai-Chi-Chuan, Treinamento Funcional, Pilates, Hidroginástica, Ginástica Laboral e demais modalidades de ginástica.

Parágrafo Primeiro. Os valores previstos nas alíneas "a" e "b" serão acrescidos de 1/6 (um sexto), a título de repouso semanal remunerado.

Parágrafo Segundo. Os empregadores que optarem pela contratação de Profissional de Educação Física, na função de Instrutor de Musculação, sob o regime mensalista, deverão observar a jornada de 8 (oito) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais, considerando o valor da hora-aula estabelecido na alínea "a" desta cláusula. Nessa hipótese, o piso salarial mensal será de **R\$3.234,00 (três mil, duzentos e trinta quatro reais)**, já incluído o repouso semanal remunerado, devendo essa condição constar do contrato de trabalho e da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo Terceiro. As diferenças salariais decorrentes da aplicação retroativa das cláusulas econômicas desta Convenção Coletiva de Trabalho a partir de 1º de maio de 2026, serão pagas em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas, devendo a quitação integral ocorrer até a competência de janeiro de 2027.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021

Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail: sinpefba@gmail.com

Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 -

Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



CLÁUSULA 5ª - PAGAMENTO DE SALÁRIO - FORMAS E PRAZOS

Os empregadores se obrigam a efetuar o pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente. Aqueles que não efetuarem os pagamentos dos salários e vales em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados, tempo hábil para o recebimento no banco dentro da jornada de trabalho, desde que coincidente com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição.

CLÁUSULA 6ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento do salário será feito mediante recibo ou contracheque, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação de parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

CLÁUSULA 7ª - ISONOMIA SALARIAL E SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Fica garantido ao empregado substituto o mesmo salário percebido pelo empregado substituído.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA 8ª - ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: Responsabilidade Técnica e Coordenação

a) Para os trabalhadores que são coordenadores e respondam pelas entidades e empresas com a função de **Responsável Técnico** junto ao CREF, Vigilância Sanitária e outros Órgãos de Fiscalização, fica estabelecida **Gratificação mínima de 10,0%** (dez por cento), sobre o salário base.

b) As gratificações para **Coordenador Técnico ou de Turno** serão pagas em percentual **mínimo de 5,0%** (cinco por cento) sobre o salário base ou o equivalente em horas de coordenação mensais enquanto durar a coordenação.

Parágrafo Segundo: Adicional de Tempo de Serviço

Ao valor correspondente ao salário base dos trabalhadores o empregador pagará a partir de 1º de maio de 2018, adicional de tempo de serviço no emprego em quantia equivalente a 1,0% (um por cento) a título de biênio, para cada dois anos de serviços prestados, que completar ou vier a completar, considerando-se como referencial a data de 1º de maio de 2016, para contagem dos 02 (dois) anos.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021

Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com

Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 -

Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: [sindelivr@bol.com.br](mailto:sindelivre@bol.com.br) -

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



Parágrafo Terceiro: Horas Extras e Adicional Noturno

Os profissionais de educação física terão hora extraordinária remunerada conforme abaixo:

- a.1) 50% (cinquenta por cento) de acréscimo, em relação à hora normal, quando trabalhada em qualquer dia de segunda-feira a sábado, desde que não ultrapasse o limite de duas horas diárias;
- a.2) 100% (cem por cento) de acréscimo, em relação à hora normal, aquelas trabalhadas em dias de repouso e feriados.
- b) A remuneração do trabalho noturno prestado entre 22:00 e 05:00 horas, será acrescida de 30% (trinta por cento), para fins do artigo 73 da CLT.

CLÁUSULA 9ª - ANOTAÇÃO DE COMISSÕES

O empregador é obrigado a anotar, na CTPS, o percentual das comissões a que faz jus o empregado.

CLÁUSULA 10ª - VALE TRANSPORTE

Desde que solicitado por escrito pelo interessado, em cumprimento das disposições da Lei 7.418/85, com redação dada pela nº 7619, de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto 95.247 de 16/11/87 é obrigatória a concessão de vale transporte a todos os empregados das academias que expressamente declarem a necessidade de utilização do referido benefício, para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através de transporte coletivo público, em prazo suficiente que garanta o direito do recebimento antes do dia do trabalho do empregado.

Parágrafo Primeiro: As empresas poderão realizar o pagamento do vale transporte, dos funcionários optantes, em dinheiro (espécie) ou através de tíquete. O vale transporte, pago em dinheiro ou fornecido em tíquete, mantém sua natureza jurídica indenizatória, e não se incorpora à remuneração para nenhum efeito, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.

Parágrafo Segundo: Os empregados sofrerão um desconto de até 6% (seis por cento) de seu salário básico, ou vencimento, a título de Vale Transporte, sendo o valor excedente suportado pelo empregador, tudo nos termos da Lei 7.418/85, regulamentada pelo Decreto nº 10.851/2021 e, ainda acórdão proferido pela Seção de Dissídios Coletivo do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-MS-366.360/97.4.

Parágrafo Terceiro: Caso haja mudança nos dispositivos legais que regulamentam o fornecimento de Vale Transporte aos empregados, esta cláusula será revista de acordo com o que determinar a nova regulamentação.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021
Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com
Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edlístio Pondé, 353 -
Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -
- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



CONTRATO DE TRABALHO - ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES - NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 11ª - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Fica assegurado aos empregados submetidos à jornada de 8 (oito) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentas e vinte) horas mensais o auxílio-alimentação ou auxílio-refeição no valor de **R\$11,20 (onze reais e vinte centavos)** por dia efetivamente trabalhado.

Parágrafo Primeiro: Os empregadores que já forneçam alimentação ou refeição aos empregados, em benefício de valor igual ou superior ao previsto no caput, ficam dispensados do pagamento adicional do auxílio previsto nesta cláusula.

Parágrafo Segundo: As diferenças de auxílio-alimentação decorrentes da aplicação retroativa das cláusulas econômicas desta Convenção Coletiva de Trabalho a partir de 1º de maio de 2026 serão pagas em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas, devendo a quitação integral ocorrer até a competência de janeiro de 2027.

CLÁUSULA 12ª - CONTRATO TEMPORÁRIO

Fica prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho, a faculdade de utilização do Contrato Temporário de Trabalho, nos termos que a lei determina.

CLÁUSULA 13ª - CARTA AVISO

A Carta-Aviso de dispensa por justa causa entregue ao empregado deverá constar o motivo, sob pena de ensejar presunção de dispensa imotivada.

CLÁUSULA 14ª - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

O empregador é obrigado a fornecer atestados de afastamento e salários ao empregado demitido.

CLÁUSULA 15ª - CARTA DE REFERÊNCIA

A empresa fornecerá no ato da entrega dos documentos rescisórios, ao empregado dispensado sem motivo justificado, carta de referência, desde que solicitada previamente.

CLÁUSULA 16ª - AVISO PRÉVIO

Aos empregados com 50 (cinquenta) anos de idade ou mais, fica garantida além do aviso prévio de 30 (trinta) dias, uma indenização correspondente a mais 10 (dez) dias de salário, acrescida de mais 01 (um) dia de salário por ano de serviço prestado à mesma empresa.

Parágrafo Único: Esta cláusula não se aplica ao empregado que se aposentar e continuar trabalhando no mesmo estabelecimento empregador.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021

Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com

Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edistio Pondé, 353 - Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



CLÁUSULA 17ª - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

CLÁUSULA 18ª - CONTRATO DE TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL

Nos termos do artigo 58-A da CLT, faculta-se aos empregadores, nos casos em que a duração semanal de trabalho não exceda a 25 (vinte cinco) horas, a adoção do contrato de trabalho em regime de tempo parcial. O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas

mesmas funções, tempo integral, podendo haver recebimento mensal inferior ao piso profissional, em decorrência da quantidade de horas trabalhadas pelo empregado.

Parágrafo Primeiro: Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante aditivo escrito ao contrato de trabalho existente, adotando e alterando o contrato de trabalho pelo regime de tempo parcial, nos termos desta convenção coletiva.

- a) O valor das férias e décimo terceiro salário em razão da migração serão realizados pela média dos valores recebidos durante o período aquisitivo;
- b) Havendo rescisão do contrato sem justa causa nos seis primeiros meses da migração, descaracteriza-se o contrato de trabalho a tempo parcial e as verbas rescisórias serão pagas como se não tivesse ocorrida a migração.
- c) A empresa, descumprindo o acima ajustado, o contrato a tempo parcial estará descaracterizado e, conseqüentemente, será considerado contrato de trabalho por tempo integral, regido pelas regras gerais da CLT e não mais pelas previstas nos arts. 58-A e seus parágrafos, 59, parágrafo 4º, e 130-A da CLT.

Parágrafo Segundo: Nos termos do parágrafo 1º do artigo 142 da CLT, quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apura-se a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.

Parágrafo Quarto: As férias serão de trinta dias e poderão ser usufruídas em até 03 (três) períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 05 (cinco) dias corridos, cada período.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021

Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com

Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07 158 719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 –
Ed. Tancredo Neves, sala 406 – STIEP – Salvador / BA – CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br –

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 07.792.110/0001-82



SINDELIVRE/BA – SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO LIVRE DO
ESTADO DA BAHIA

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 19ª – HORA TRABALHADA

Para todos os efeitos, a duração da hora-aula trabalhada é de 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Primeiro: A fração da hora trabalhada a mais, será paga proporcionalmente.

Parágrafo Segundo: Não será remunerado o intervalo entre horas trabalhadas superiores a 30 (trinta) minutos, desde que descrito em organograma de trabalho anteriormente definido.

CLÁUSULA 20ª – JORNADA DE TRABALHO DO EMPREGADO

As partes ajustam que as empresas estão autorizadas a adotar o Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho ("Sistema Alternativo"), de acordo com a Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desde que observadas as condições previstas na mencionada norma.

Estarão sujeitos ao controle de jornada todos os EMPREGADOS, atualmente contratados ou que venham a sê-lo na decorrência da vigência do presente acordo, com exceção daqueles que estejam inseridos nas hipóteses do artigo 62, I e II, da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Sistema Alternativo não admite:

- Restrições à marcação de ponto;
- Marcação automática de ponto;
- Exigência de autorização prévia para marcação de ponto sobre jornada; e
- Alteração ou eliminação dos dados registrados pelo EMPREGADO.

O Sistema Alternativo deve:

- Estar disponível em diversas áreas próximas dos locais de trabalho;
- Permitir a identificação da EMPRESA e EMPREGADO;
- Possibilitar acesso diário aos EMPREGADOS nos registros de ponto no decorrer do mês, através do terminal consulta; e
- Permitir a impressão eletrônica (do registro fiel das marcações realizadas pelo funcionário).

Adotado o Sistema Alternativo a EMPRESA está desobrigada da utilização do Registro Eletrônico de Ponto (REP) instituído pela Portaria 1.510/2009.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021

Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com

Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edísio Pondé, 353 –

Ed. Tancredo Neves, sala 406 – STIEP – Salvador / BA – CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br –

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



Na forma dos Artigos 2º e 3º da citada Portaria nº 373/2011, a EMPRESA poderá utilizar os Registradores Eletrônicos de Ponto sem necessidade de emissão de comprovantes impressos para os EMPREGADOS. Em substituição ao referido documento, a EMPRESA disponibilizará ao EMPREGADO as informações registradas no ponto, através do sistema de ponto eletrônico ao longo do mês.

Parágrafo Único: Ante as características da atividade, não será considerado como trabalho prestado a empresa ou hora trabalhada, à disposição da empresa, o serviço prestado por empregado que, mesmo sendo empregado da empresa desenvolva a atividade de Personal Trainer, fora de seu horário de trabalho estabelecido pela empresa, recebendo diretamente do cliente que o contratou, a sua remuneração.

CLÁUSULA 21ª - LICENÇA NOJO (POR FALECIMENTO)

Fica assegurada ao empregado a ausência ao trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, por 3 (três) dias consecutivos, em consequência do falecimento de cônjuge, companheiro(a), pai, mãe, filho ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica.

CLÁUSULA 22ª - BANCO DE HORAS

Fica convencionado entre os Sindicatos Acordantes que não será devido o pagamento de horas extraordinárias quando o excesso de horas trabalhadas em um dia for compensado com a correspondente redução em outro dia, de maneira que não exceda, no período de um ano a soma das jornadas semanais de trabalho previstas nesta convenção, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de horas extras negativas acumuladas no banco de horas, serão descontadas como hora simples (sem o adicional), ao final de cada período de doze (12) meses ou nas verbas rescisórias, em casos de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, observando o limite máximo de desconto previsto em lei.

CLÁUSULA 23ª - FERIADOS E RECESSOS

Parágrafo Primeiro: Em atenção à Lei Federal 10.607/02 e por acordo nessa CCT, não será permitida a abertura das academias nos feriados de: 1º de janeiro, 3ª feira de carnaval, 6ª feira santa, 1º de maio e 25 de dezembro, ficando o infrator passível da multa prevista no TÍTULO VII, CAPÍTULO I DA CLT e de multa convencional estabelecida nessa CCT de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pela infração de abertura da Pessoa Jurídica acrescida de igual valor por cada trabalhador encontrado em atividade laboral em qualquer dos referidos dias. Havendo reincidência o valor da multa será dobrado, podendo a fiscalização e aplicação da mesma ser de titularidade por outorga do SINPEF-BA.

Parágrafo Segundo: As academias ficarão autorizadas a funcionar nos referidos feriados por ato do Governo Federal, Estadual ou Municipal, concomitantemente por autorização expressa das entidades sindicais assinantes.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021
Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail: sinpefba@gmail.com
Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ 07 158 719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 -
Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -
- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



Parágrafo Terceiro: Quando, por interesse do empregador, for prolongado o feriado, este não poderá descontar os dias nas férias do empregado, salvo acordo firmado com assistência do Sindicato representativo da categoria.

Parágrafo Quarto: Conforme o Art. 7º, inciso XV da Constituição Federal e os Art. 1º e 8º da Lei 605/1949, quando o feriado coincidir com o dia de trabalho do empregado, este será remunerado, salvo a exceção trazida no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Quinto: Quando o empregador tiver a iniciativa de não abrir o estabelecimento por qualquer que seja o motivo, o empregado receberá normalmente os seus honorários, podendo o empregador fazer a compensação em outros dias.

Parágrafo Sexto: As academias ficarão autorizadas a funcionar nos referidos feriados por ato do Governo Federal, Estadual ou Municipal, concomitantemente por autorização expressa das entidades sindicais assinantes.

CLÁUSULA 24ª - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência previsto no artigo 445 da CLT, parágrafo único, será estipulado pelo empregador, observando-se os limites legais.

CLÁUSULA 25ª - PREENCHIMENTO DE VAGAS

Os empregadores procurarão, dentro de suas possibilidades, dar preferência ao remanejamento interno de empregados para o preenchimento de vagas para níveis superiores.

CLÁUSULA 26ª - ESTABILIDADE ACIDENTE DO TRABALHO

O empregado que sofrer acidente de trabalho terá garantido pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção de seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio doença acidentário.

CLÁUSULA 27ª - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Será garantida ao empregado que, comprovadamente, estiver a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição de aposentadoria, estabilidade provisória nesse lapso de tempo, desde que conte no mínimo com 05 (cinco) anos de trabalho na Empresa.

Parágrafo Primeiro: Será beneficiado pela estabilidade prevista no caput, o empregado que estiver a 12 (doze) meses de obter o direito a aposentadoria, compreendendo a aposentadoria por tempo de contribuição integral, por tempo de contribuição proporcional e por idade, ou seja, a que ocorrer primeiro.

Parágrafo Segundo: Adquirido o direito a qualquer aposentadoria descrita no parágrafo anterior, cessará a estabilidade prevista no caput.

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021

Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com

Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL: 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 -

Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



Parágrafo Terceiro: Deverá o empregado, com a contagem de tempo de serviço expedida pelo INSS, comunicar a Empresa por escrito e mediante protocolo que está amparado pela garantia constante desta cláusula, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da comunicação da dispensa, sob pena de decadência.

Parágrafo Quarto: Após a análise do pedido do empregado e sendo ele portador da estabilidade prevista na cláusula, a Empresa tomará as medidas necessárias para cancelar a dispensa ou se não for possível, readmitir o empregado, mantendo-se, nesse caso, o mesmo salário e demais vantagens anteriores à ruptura, com exceção dos benefícios já quitados na rescisão.

CLÁUSULA 28ª - FÉRIAS COLETIVAS OU INDIVIDUAIS

O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com os dias de sábados, domingos e feriados, ou os já compensados.

CLÁUSULA 29ª - PAGAMENTO DE FÉRIAS

O pagamento das férias deverá ser com antecedência mínima de 02 (dois) dias da concessão. Se coincidir com período de pagamento de outros benefícios (13º salário, adiantamento, etc.), esses obedecerão ao mesmo critério.

CLÁUSULA 30ª - TRABALHO AUTÔNOMO

Concomitante, o profissional de Educação Física **PODERÁ SER EMPREGADO** e Personal Trainer autônomo em Academia Esportiva.

- a) Como empregado, registrado, com cargo, salário e jornada de trabalho definidos contratualmente, prestará serviços destinados aos clientes da Empresa / Academia;
- b) Como Personal Trainer autônomo utilizando os equipamentos e instalações cedidas pela Empresa / Academia mediante contrato, prestará serviços a clientes seus, individualmente, em horários diferentes daqueles de seu contrato de trabalho como empregado, recebendo diretamente deles, pelos seus serviços prestados.
Por não haver subordinação, não haver interferência na administração, metodologia e procedimentos inerentes ao seu trabalho junto aos seus clientes, não há vínculo empregatício deste com a Empresa / Academia.
- c) Inexistindo elementos caracterizadores de vínculo empregatício contidos na legislação, a Empresa-Academia e o profissional de Educação Física poderá celebrar entre si, Contrato de Parceria e ter a aquiescência dos Sindicatos signatários desta.



LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA 31ª - GARANTIA DE SALÁRIO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO

É garantido às mulheres 02 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar o(a) próprio(a) filho(a), até que este complete 06 (seis) meses de idade, conforme Art. 396 da CLT.
Fica também garantido as mulheres, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não cumprir as determinações do § 1º e § 2º do artigo 389 da CLT.

CLÁUSULA 32ª - ESTABILIDADE GESTANTE

Os Empregadores darão estabilidade provisória às gestantes, desde o início da gravidez, até 60 (sessenta) dias após o término da licença maternidade.

CLÁUSULA 33ª - LICENÇA ADOTANTE

Nos termos da Lei Nacional de Adoção, nº 12.010/2009, independentemente da idade da criança adotada, a empregada adotante terá direito ao período integral da licença maternidade prevista no Art. 392 da CLT, ou seja, 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA 34ª - LICENÇA PATERNIDADE

Fica assegurada licença paternidade de 05 (cinco) dias corridos, contados desde a data do parto, neles incluído o dia, previsto no inciso III, do art. 473, da CLT.

CLÁUSULA 35ª - LICENÇA PARA CASAMENTO

No caso de casamento do empregado a licença remunerada será de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data do casamento ou do dia imediatamente anterior.

CLÁUSULA 36ª - UNIFORMES E IDENTIDADE FUNCIONAL

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados, uniformes e crachá de identidade funcional, quando por elas exigidos na prestação dos serviços e quando a atividade assim os exigir.

Parágrafo único: O empregador fornecerá anualmente ao trabalhador que exerce atividade laboral com exposição ao sol, kit de equipamento de proteção individual contendo: um boné e duas camisas com proteção UV, além de protetor solar.

CLÁUSULA 37ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os empregadores reconhecerão os atestados médico ou odontológicos, desde que sejam fornecidos preferencialmente, por médicos da previdência Social, do SUS ou de médicos conveniados ao sindicato laboral, desde que oficializada a relação nominal dos mesmos ao

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41 820-021
Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com
Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07 158 719/0001-02, REGISTRO SINDICAL 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 -
Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -
- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 07.792.110/0001-82



SINDELIVRE/BA - SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO LIVRE DO
ESTADO DA BAHIA

SINDELIVRE-BA, se não houver no empregador, médicos ou convênios que atendam em horários e locais incompatíveis com a necessidade imediata e urgência dos empregados.

Parágrafo Primeiro: Os atestados médicos e odontológicos devem obedecer às exigências da Portaria MPSA 3.291, de 20/02/1984, conter a identificação do empregado, a assinatura e carimbo com o número do CREMEB ou CRO/BA do profissional que assina o documento, estabelecendo o tempo de dispensa do trabalho e constando o CID da doença. Deverá ainda ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo Segundo: Salvo em caso de absoluta impossibilidade comprovada, que o impeça de comparecer ao local de trabalho, o empregado deverá comunicar o fato, imediatamente, à empresa, de modo a evitar prejuízos ao bom andamento do serviço.

Parágrafo Terceiro: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

CLÁUSULA 38ª - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAL À EMPRESA

As partes concordam que os Dirigentes Sindicais tenham acesso às dependências internas da empresa, para desempenho de suas funções, desde que autorizado no ato da visita, por escrito pelo gerente ou responsável técnico ou coordenador de turno, vedada a divulgação de matéria política partidária ou ofensiva.

Parágrafo Primeiro: As fiscalizações que ocorrerem nos feriados constantes nesse instrumento normativo não necessitarão de solicitação do sindicato nem aprovação das academias porque o agendamento descaracteriza o efeito da fiscalização.

CLÁUSULA 39ª - ABONO DE FALTAS DE DIRIGENTES SINDICAIS

Abono de faltas dos diretores efetivos e suplentes do SINPEF-BA de 01 (um) dia útil por mês, para que os possam prestar serviços ao Sindicato.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA 40ª - CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADO

Conforme aprovado em assembleia dos Profissionais de Educação Física realizada no dia 30 de janeiro de 2026, fica estabelecido que todos os empregadores se obrigam a efetuar o desconto em folha de seus empregados, de conformidade com o artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal, no percentual de 4% (quatro por cento), sobre os salários-base de junho e dezembro.

Parágrafo Primeiro: O recolhimento das importâncias objeto dos descontos previstos no "caput" desta cláusula deve ser efetuado diretamente à Conta Corrente do SINPEF-BA -

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021

Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98885-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com

Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ. 07.158.719/0001-02, REGISTRO SINDICAL. 97761-6 Rua Edístio Pondé, 353 - Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 07.792.110/0001-82



SINDELIVRE/BA - SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO LIVRE DO
ESTADO DA BAHIA

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA -
na **Caixa Econômica Federal** através da chave **Pix - CNPJ - 07.792.110/0001-82**, até
30 de julho e 30 de janeiro, devendo ser acompanhado de relação em que conste o nome
do empregado, função, o valor da remuneração e o valor do desconto.

Parágrafo Segundo: A cobrança de taxa por serviços para os profissionais não associados
ou não sindicalizados, que não pagam a contribuição sindical e/ou a taxa assistencial será
de R\$150,00 (cento e cinquenta Reais) por serviço avulso.

Parágrafo Terceiro: Será garantido ao empregado não sindicalizado, o direito de
oposição ao desconto desta contribuição, devendo o mesmo manifestar-se pessoalmente
por escrito e de próprio punho no prazo de 10 (dez) dias da homologação desta CCT através
de carta digitalizada e identificada, a ser enviada para o e-mail sinpefba@gmail.com.

Parágrafo Quarto: As empresas encaminharão à entidade profissional cópia das guias de
contribuição sindical e assistencial com a relação nominal dos empregados com respectivos
salários, no prazo máximo de 30 dias após o desconto.

CLÁUSULA 42ª - CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR:

Todas as Entidades / Empresas contribuirão, nos termos do art. 8º, IV da Constituição
Federal, integrantes da categoria econômica, filiados / associados do SINDELIVRE-BA, ou
não, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de
2026, deverão contribuir:

- a) mensalmente com R\$70,00 (setenta reais) por cada CNPJ, ou seja, cada unidade ou
filial em funcionamento deverá contribuir com o valor o referido valor, ou;
- b) Contribuir com parcela única até 20 abril no valor de R\$660,00 (seiscentos e sessenta
reais) que corresponde a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais) por mês;
- c) Contribuir com duas parcelas: a primeira até 20 de março no valor de R\$360,00
(trezentos e sessenta reais) e a segunda até 20 de agosto também no valor de R\$360,00
(trezentos e sessenta reais) que corresponde a R\$60,00 (sessenta reais) por mês.

Os valores das contribuições deverão ser pagos através de depósito na conta bancária do
SINDELIVRE-BA e envio do comprovante através de e-mail/SAP para confirmação da
contribuição ou através de boleto bancário emitido pelo mesmo SINDELIVRE-BA.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA 43ª - CUMPRIMENTO

As partes comprometem-se a observar os dispositivos ora pactuados, ficando a parte
infratora sujeita às penalidades previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho e na
legislação vigente, bem como as entidades sindicais signatárias comprometem-se a iniciar

SINPEF/BA: Av. Tancredo Neves, 1.283, Ed. Ômega, Sala 902, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-021
Telefone 71 3340-1813 | WhatsApp 71 98685-9827 | E-mail sinpefba@gmail.com
Instagram @sinpef_ba | Facebook SINPEF-BA

SINDELIVRE-BA: CNPJ: 07 158 719/0001-02, REGISTRO SINDICAL 97761-6 Rua Edilto Ponda, 353 -
Ed. Tancredo Neves, sala 406 - STIEP - Salvador / BA - CEP. 41770-395. E-mail: sindelivre@bol.com.br -

- Tels. 3264-4582/ (71) 99681-7471

as negociações destinadas à celebração da próxima Convenção Coletiva de Trabalho com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data-base da categoria.

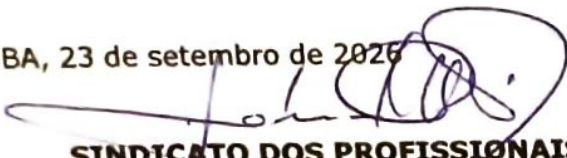
CLÁUSULA 44ª - MULTA CONVENCIONAL

Multa equivalente a 5,0% (cinco por cento) do piso salarial vigente na época do evento e por empregado envolvido, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas nesta norma, sendo em benefício da parte prejudicada.

CLÁUSULA 45ª - JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho de Salvador/BA para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

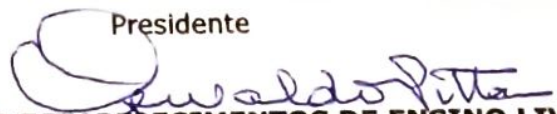
Salvador/BA, 23 de setembro de 2026



**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DO ESTADO DA BAHIA - SINPEF-BA**

Jehorvan Carvalho de Melo

Presidente



**SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO LIVRE
DO ESTADO DA BAHIA – SINDELIVRE-BA**

Osvaldo dos Santos Pita

Presidente